AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 09 13 DE MAIO DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

QUADRO TÉCNICO

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M. S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.
José Marcos Lemos Fochi
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 09 13 de maio de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Algodão: custos internos prejudicam nossas exportações (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Pecuária de Corte: esgotado o alcance das atuais políticas, novas medidas tentam sustar a futura escassez (pág. 8)

Pecuária Leiteira: bons reajustes de preço, mas persistem as vantagens de importação (pág. 9)

Suco Cítrico: difícil o controle das tendências oligopsônicas da indústria (pág. 11)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Preços interno e externo do algodão em pluma, comparados semanalmente, de janeiro a abril de 1977 (pág. 13)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Algodão: custos internos prejudicam nossas exportações.

Qualquer tentativa de explicação do atual quadro do mercado interno de algodão não pode deixar de recorrer ao comportamento do produto nos últimos anos. A produção brasileira de algodão em pluma vem apresentando uma tendência declinante desde a temporada 68/69, quando se produziu 721 mil ton, até a desastrosa safra de 75/76 que alcançou apenas 395 mil ton. A redução observada é fruto, principalmente, da concorrência movida pela cultura da soja na região Centro-Sul, que apresentou preços relativos mais compensadores neste período. Um indicador deste comportamento seria a relação entre os preços mínimos do algodão e da soja entre 67/68 e 76/77 que, de forma geral, beneficiam o plantio de soja.

Preços Mínimos Relativos no Paraná

ANO	67/68	68/69	69/70	70/71	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77
Soja/Algodão	0,32	0,35	0,36	0,41	0,43	0,47	0,29	0,43	0,42	0,31

Fonte: CFP
Elaboração: GIA

As adversidades climáticas, queda de produtividade e redução da área plantada em favor da soja e do milho, culturas mais rentáveis, culminaram na reduzida produção do período 75/76, cuja safra meridional alcançou somente 240 mil ton, e a setentrional, 150 mil ton.

O preço interno reagiu à quebra mencionada e, depois de uma cotação média de Cr$ 164/arroba do tipo 5 paulista em janeiro de 76, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo chegou a registrar Cr$ 425/arroba do mesmo tipo, em outubro. Por esta época, os produtores conseguiram a remuneração recorde de até Cr$ 140/arroba do algodão em caroço. Esse ano atípico, com a prática de preços internos elevados, condicionou o decréscimo do valor real de nossas exportações de algodão.

Vale a pena assinalar, entretanto, que nossas exportações de pluma vêm declinando em termos reais desde o ano de 73. Ain

da que se considere a recessão mundial resultante da crise do petróleo no final de 73, o principal determinante da redução observada é a queda de nosso excedente exportável, devido à menor produção e ao aumento do consumo interno.

O quadro abaixo apresenta uma comparação entre o comportamento da oferta em 76 e a estimativa para 77.

Algodão em Pluma

Estimativa de Estoques, Produção, Consumo e Excedente Exportável

(Em 1000 ton)

Brasil

ITENS	76 1/	77 2/	77 3/
Estoque Inicial (1º/03)	142	105	90
Produção:	385	530	560
Meridional	240	350	380
Setentrional	145	180	180
Disponibilidade Total	527	635	650
Consumo Industrial	420	470	430
Estoque de Manutenção 4/	105	120	110
Excedente Exportável	2	45	110

1/ Safra Meridional de 75/76 e Setentrional de 76/77

2/ Safra Meridional de 76/77 e Setentrional de 77/78, estimativa em janeiro.

3/ Estimativa em maio, através de informantes do GIA

4/ Necessário ao abastecimento da indústria durante 3 meses

Fonte: CFP, exceto coluna 3

Elaboração: GIA

Das estimativas feitas em janeiro até o começo de maio, o quadro de 77 sofreu profundas modificações, principalmente no que tange ao consumo industrial.

Como já foi mencionado, as políticas anti-inflacionárias que foram adotadas pelo governo federal a partir do segun-

do semestre de 76 afetaram as indústrias têxteis de duas maneiras: reduziram o capital de giro do setor e causaram retração da demanda por seus produtos no mercado interno a partir de novembro, quando diversos pedidos feitos às indústrias passaram a ser cancelados. A este propósito, a Sondagem Conjuntural (CEI/IBRE/FGV) efetuada em abril último, fornece alguns dados relevantes:

- as indústrias de fios naturais responsáveis por 54% da produção indicaram que esta permaneceu estável no 1º trimestre de 77, enquanto as indústrias de tecidos de algodão responsáveis por 48% da produção, indicaram queda de produção no trimestre;
- no que se refere à procura global por seus produtos, os responsáveis por 50% das vendas de fios naturais e por 90% das vendas de tecidos de algodão declararam redução da demanda durante o trimestre;
- tanto as indústrias de fios quanto as de tecidos indicaram aumento de estoques no período. Estes estoques eram considerados excessivos no início de abril;
- a capacidade utilizada das indústrias, entre janeiro e abril de 77, caiu de 91% para 80% no caso dos fios, e de 90% para 86% no caso de tecidos.

Estes resultados mostram, parcialmente, o porquê do baixo nível de comercialização ocorrido no 1º trimestre deste ano, quando começou a entrar a safra meridional de 76/77. Mas este é apenas um lado da moeda. Os agricultores têm sido acusados, frequentemente, de esperarem preço excessivo para a arroba do algodão em caroço. Alega-se que a cotação pretendida, Cr$ 120/arroba em média, só se justificaria na hipótese de que esta safra apresentasse o mesmo fracasso da produção meridional em 76. Obviamente, este não é o caso. Os cotonicultores, entretanto, têm suas próprias razões. A título de exemplo, usando-se a estimativa divulgada pelo IEA sobre o custo operacional da lavoura de algodão em São Paulo, Cr$ 48/arroba, é possível chegarmos ao custo total de Cr$ 101,32/arroba do algodão em caroço. Os cálculos estão descritos abaixo:

a. Custo operacional	48,00
b. Diferença de inflação (15% sobre a.)	7,20

CACEX, os certificados de exportação de fios de algodão emitidos até abril, cobriam 100% de nossa cota para a Alemanha Ocidental (11.552 ton) e para o Reino Unido (678 ton). A emissão destes certificados para os outros países do MCE tem evoluido a contento, excetuada a Dinamarca, embora a cota desse país seja reduzida (443 ton). Não obstante, a sobretaxa de 21,4% imposta pelos norte-americanos às importações de fios brasileiros, praticamente fecha as portas de um importante mercado. É mister descobrirmos rapidamente alguma forma de compensação contra essa restrição. Caso contrário, poderemos ficar limitados às exportações para o MCE, uma vez que na Ásia sofremos a concorrência do Paquistão e da Coréia do Sul, e na África, a concorrência egípcia.

A situação do algodão em pluma é ainda mais grave. Considerando-se o preço internacional em torno de US$ 0,78/libra peso CIF Europa, e descontando-se os custos envolvidos na exportação (inclusive frete e seguro) e o ICM de 13%, o exportador teria que adquirir o algodão em pluma, no máximo, por Cr$ 265/arroba. Por outro lado, se o produtor recebe Cr$ 100/arroba e a relação "algodão em pluma/algodão em caroço" é de 35%, o preço no mercado interno seria de Cr$ 286/arroba de pluma, gerando uma gravosidade em torno de 8%. A supressão do ICM, solicitada reiteradamente pelos exportadores, permitiria que os produtores recebessem cerca de Cr$ 108/arroba pelo algodão em caroço. A solução deste problema não poderia dispensar uma compensação do governo federal, já que a receitas estaduais seriam afetadas. De qualquer forma, a decisão não pode demorar, sob pena de perdermos a vantagem da exportação por ocasião da entresssafra no Hemisfério Norte, que se estende até setembro/outubro.

Segundo estimativas do USDA, divulgadas em 4 de maio, a área de plantio mundial para a temporada 77/78 deverá ser 6% superior a desta temporada (31,6 contra 33,7 milhões de ha) com os maiores aumentos ocorrendo nos EUA, Turquia, Paquistão e México. A se confirmarem estas previsões, e mantendo-se os rendimentos obtidos nesta temporada, a produção alcançará entre 62,8 e 63,8 milhões de fardos (de 13,5 a 13,7 milhões de ton).

O consumo mundial, por sua vez, deve aumentar cerca de 2%, como resultado de uma recuperação econômica mais acele-

rada nos países industrializados, que já vem sendo prognosticada desde o ano passado. Dado que o consumo desta temporada é estimado em 13,1 milhões de ton, podemos esperar pequena variação nos estoques mundiais em 77/78. Vale notar que estes estoques estarão em agosto próximo, em seu nível mais reduzido desde a temporada 72/73.

A se manterem estes resultados, a temporada 77/78 se caracterizará por preços firmes. Não obstante, o cotonicultor brasileiro continuará enfrentando elevados custos de produção, principalmente em relação à mão-de-obra e à remuneração do fator terra. Assim, os preços a serem praticados no mercado externo não deverão constituir atrativo suficiente para nossas exportações.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** PECUÁRIA DE CORTE

O mercado de carne bovina e derivados começa a apresentar sinais evidentes de reversão da tendência de queda de preços que vinha sofrendo nos últimos 2 anos. A carne tem sido, desde 1975, um dos itens cujo preço cresceu a uma taxa menor do que o índice de inflação. Com efeito, as políticas do governo nos últimos 30 meses têm se orientado à sustentação das atividades do setor. As medidas mais conhecidas são os estoques reguladores - que visam a garantir um preço mínimo de referência para os produtores na safra - e o processo de reescalonamento das obrigações financeiras dos frigoríficos junto à COBAL, realizado em dezembro de 1976.

A despeito dos esforços governamentais, os pecuaristas têm enfrentado um período de franca descapitalização, cujas maiores evidências estão na elevação do abate de matrizes jovens e de vitelos, e no abandono parcial das atividades pecuárias. Os frigoríficos, por sua vez, têm sofrido alguns efeitos do seu exagerado otimismo. Em 1971/73, os industriais da carne expandiram fortemente sua capacidade de matança na esperança da manutenção dos altos preços do boi e de suas margens industriais verificados naquele período, bem como nas possibilidades de exportação para o Mercado Comum Europeu, que se frustaram com a crise do petróleo.

O instrumento da estocagem reguladora, imaginado pelo governo, efetivamente contornou o perigo de manipulações baixistas do preço recebido pelos pecuaristas na safra. Porém, a suspensão dos abates na entressafra tem tido, possivelmente, um saldo líquido negativo. A oferta de entressafra tem se deslocado para a safra (quando o governo forma estoques), contribuindo para deprimir os preços e postergando a acumulação de experiência tecnológica na manutenção do boi em pé, durante o período seco. Além disso, os frigoríficos se ressentem da ociosidade dos seus ativos fixos na entressafra.

Ao se aproximar o período da entressafra de 1977, aparecem indícios de que uma futura situação de escassez não pode mais

ser evitada. Muitos pecuaristas continuam se descartando de matrizes, até mesmo enxertadas. Este processo de descapitalização do rebanho, que certamente apresentou uma sensível diminuição em número de cabeças nos últimos dois anos, tem sensibilizado as autoridades. Com efeito, o Ministro da Agricultura, acolhendo uma proposição de colaboradores de alto nível, decidiu apoiar um programa de estocagem de vitelos (animais de aproximadamente 10 arrobas). Pela proposição, a compra de animais jovens pelo governo elevaria o preço dessa categoria, de forma a induzir uma valorização do preço das vacas, propiciando um maior retorno aos pecuaristas e, consequentemente, um renovado desejo de recomposição do rebanho através de maior retenção de matrizes.

A proposta é simpática mas, contra ela, se levantam alguns obstáculos de mercado. Primeiro, que já estamos em maio e, assim, será difícil implementá-la ainda nesta safra. Segundo, porque o governo poderá não estar disposto a pagar, pela arroba do vitelo, o mesmo preço (Cr$ 165,00) que paga pela arroba do boi gordo. E, finalmente, porque o maior abate de vitelos acarretaria necessariamente menor oferta de boi gordo nas próximas safras, apressando o período de escassez. Na realidade, pouco se pode fazer para evitar a reviravolta dos preços. Basta ocorrer uma inversão de expectativas quanto ao preço futuro da carne. Muitos pecuaristas que dispõem de liquidez têm, inclusive, deixado de entregar seus animais para abate, apostando numa elevação real do preço já na próxima entressafra.

Se estas expectativas estão corretas, a carne poderá se tornar um novo aliado do processo inflacionário durante o segundo semestre de 77. Um fenômeno desta natureza deixaria as autoridades no complicado dilema entre permitir, desde já, o gradual ajustamento dos orçamentos familiares à elevação do preço real da carne ou postergar essa permissão para 1978, quando o ajuste poderá ser mais amplo e mais penoso para os consumidores.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

A instabilidade da política para o setor leiteiro tem encontrado igual contrapartida na instabilidade da produção. Isto ocorre a despeito dos episódicos reajustes do preço pago aos produto

res e das verbas liberadas através do PDPL, fundido recentemente no PROPEC. Para os pecuaristas, uma solução é passar a operar com leite tipo B, o que não siginifica, necessariamente, fabricá-lo nesta classificação. As indústrias de laticínios e de beneficiamento, por seu turno, não podem planejar suas metas de produção nas condições atuais de instabilidade da produção. O governo lhes ofereceu, a partir de 1975, um programa de estocagem diversificada de produtos lácteos. Mas, com a alternativa, também aberta pelo governo, de importações vantajosas de leite em pó subsidiado a US$ 375/ton e crescentes aquisições de queijos no exterior, a indústria acabou relegando o programa de estocagem, que se encontra inativo neste ano de 1977.

Nestas circunstâncias, a instabilidade do preço não constitui o pior elemento de perturbação no mercado. O preço do leite tipo B é livre. O preço do leite tipo C, tabelado, vem sendo reajustado pelo governo. Efetivamente, os preços pagos ao produtor tiveram um ápice em 1975. Com os aumentos concedidos em janeiro e agosto daquele ano, esses preços corresponderiam, em valores reais (base maio 77), a Cr$ 2,90 e 2,97. Tais níveis são portanto superiores aos de Cr$ 2,85, atualmente em vigor. Dependendo da taxa de inflação em maio e junho desse ano, o novo preço de Cr$ 3,20 para julho, poderá se situar em termos reais (base maio 77) em torno de Cr$ 3,00.

Analisando a distribuição de leite B na cidade de São Paulo, verifica-se seu notável crescimento em termos de participação no volume total do leite consumido. Tomando o mês de junho como referência, sua participação nos anos de 72 a 75 tem sido, respectivamente, de 13%, 20%, 34% e 36%. Em agosto de 1976 o leite B participou com 17.243 mil litros (38% do total), o leite tipo C com .. 15.712 mil litros (35%) e o leite reconstituído com 12.446 mil litros (27%). Essas estatísticas parecem confirmar as novas opções que vêm sendo exploradas por pecuaristas de leite B e usinas.

Para os que continuam fornecendo leite do tipo C e não tenham acesso à re-alfabetização do seu produto, resta esperar que o governo continue reajustando preços pelo menos de acordo com a taxa de inflação. Neste contexto, a declinante produção do leite tipo C vai continuar dependente da parcela dos produtores de mais baixa produtividade, cuja instabilidade de produção tem promovido a discutível justificativa pelas elevadas importações de leite em pó e de queijo.

*** SUCO CÍTRICO

Na reunião de 14/4 em São Paulo, ficou definido o preço de Cr$ 28,00 por caixa de laranja, a ser pago pelas indústrias extratoras aos citricultores. O elemento moderador da disputa foi, mais uma vez, a CACEX, visto que este órgão controla as exportações de suco. Como praticamente a totalidade da produção de suco é vendida no exterior, a atuação controladora da CACEX sobre as exportações implica, naturalmente, na distribuição de cotas de extração para as indústrias do setor.

De acordo com a sistemática da CACEX, caberia à "holding" Cutrale-Citrosuco 49 milhões de caixas (81.67% da produção) e às duas empresas menores, Cargill e Frutesp respectivamente, 4 milhões (6,67%) e 7 milhões (11.66%). A distribuição da CACEX se baseia numa estimativa de produção total de 60 milhões de caixas destinadas à industrialização, que após o processamento, equivalerão 180.000 ton de suco a 65º Brix. Esta produção representa apenas 45,47% da capacidade industrial instalada no país, que perfaz um montante de 395.850 ton de de suco, cuja propriedade está partilhada da seguinte maneira: Cutrale-Citrosuco - 84,25%; Cargill - 6,50% e Frutesp - 9,25%.

Nota-se, portanto, que a determinação das cotas não obedeceu unicamente ao critério da capacidade instalada, levando em consideração, também, as possibilidades de expansão das empresas menores, uma vez que estas haviam atuado em circustâncias anormais na safra anterior.

Um outro dado importante da questão é a informação de que a Cargill e a Frutesp já teriam realizado compras em montante superior às suas respectivas cotas. Não obstante, vale notar que, mesmo no caso extremo de essas empresas funcionarem à plena capacidade (aproximadamente 20 milhões de caixas), ainda restariam cerca de 2/3 do mercado inteiramente dependentes das compras da "holding" Cutrale - Citrosuco.

Assim, apesar de toda a racionalidade almejada no critério de distribuição de cotas da CACEX, a grau de concentração in

dustrial do setor nas mãos de uma única empresa provoca dúvidas quanto ao cumprimento do preço de Cr$ 28,00 por caixa, acordado pelas partes na reunião de 14 de abril p.p.

Sabe-se que a capacidade ociosa de qualquer empresa monopsônica funciona como válvula de segurança contra a expansão de concorrentes potenciais. No caso da indústria de suco, os concorrentes já são atuantes pela presença, embora incipiente, da Cargill e da Frutesp. O regime de cotas, de um lado, limita o livre exercício da competição, mas, por outro lado, previne o conluio entre um número reduzido de compradores. Portanto, a ação moderadora da CACEX, não poderia nunca satisfazer a todos os interesses envolvidos. O sucesso da sua intervenção no mercado dependerá, essencialmente, do controle do preço pré-estabelecido e da manutenção das condições de pagamento tradicionalmente vigentes. Se a "holding" Cutrale-Citrosuco conseguir impor um novo modo de pagamento que tire vantagem da desvalorização do cruzeiro ao longo de 77, este fato poderá repercutir negativamente sobre a produção da próxima safra. A perdurar a atual favorabilidade do preço internacional, qualquer desestímulo ao nível do produtor significaria uma consequente perda de divisas em 1978.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

A tabela abaixo apresenta o comportamento do preço do algodão em pluma tipo 5 (posto São Paulo) em comparação com a média semanal dos dez principais mercados norte-americanos para o algodão tipo SLM 1-1/16", durante o primeiro terço de 77.

Cumpre notar, em primeiro lugar, que a conversão das cotações em dólares para seu equivalente em cruzeiros foi feita segundo as taxas de câmbio oficiais vigentes em cada semana, de modo a evitar as distorções que fatalmente adviriam da aplicação de uma taxa de câmbio média para o período.

Em segundo lugar, os preços listados não incluem os custos envolvidos nas operações de exportação e, no caso do nosso preço interno, não se considera a despesa representada pelos 13% de ICM, que incidem na comercialização do algodão em pluma. Portanto, ainda que o produto norte-americano incorresse nos mesmos custos de exportação do similar brasileiro, não podemos considerar como paridade o preço relativo igual a 1, em virtude do ICM.

Os preços relativos nos primeiros quatro meses do ano mostram a tendência declinante do preço interno. De fato, conforme observado na Análise da Quinzena, o mercado vem se apresentando "frouxo" desde o final do ano passado, refletindo a entrada da nova safra e principalmente, a redução das atividades do setor têxtil, diante das medidas de contenção inflacionária.

A queda do preço relativo no período janeiro/abril (-27%), ainda não foi suficiente para eliminar a gravosidade do nosso produto. Embora o preço interno continue cadente, a eliminação da gravosidade esbarra em nossos custos de produção - extremamente majorados nesta temporada pelo componente mão-de-obra - e na alíquota de ICM em vigor.

PREÇO REAL [1] MÉDIO DO ALGODÃO EM PLUMA NO MERCADO INTERNO E NOS EUA

DE JANEIRO A ABRIL DE 77

MESES	PREÇO INTERNO [2] CR$/ARROBA (I)	PREÇO NOS EUA [3] CR$/ARROBA (II)	PREÇO RELATIVO (I : II)
Janeiro			
1a. semana	414,00	306,38	1,35
2a. semana	392,10	294,50	1,33
3a. semana	376,40	303,50	1,24
4a. semana	372,58	326,20	1,14
Fevereiro			
1a. semana	369,60	324,70	1,14
2a. semana	366,60	334,30	1,10
3a. semana	353,90	338,00	1,05
4a. semana	336,70	326,80	1,03
Março			
1a. semana	322,90	338,40	0,95
2a. semana	311,10	343,40	0,90
3a. semana	308,10	347,80	0,88
4a. semana	311,30	348,60	0,89
5a. semana	311,40	336,90	0,92
Abril			
1a. semana	308,30	344,80	0,89
2a. semana	305,10	338,30	0,90
3a. semana	304,80	323,80	0,94
4a. semana	307,80	323,90	0,95

1/ Base: abril/77, deflacionado pelo I.G.P. col. 2 de Conjuntura Econômica
2/ Algodão tipo 5
3/ Média dos 10 principais mercados norte-americanos, convertido às taxas de câmbio oficiais. Algodão tipo SLM 1-1/16"

Fonte: COTTON OUTLOOK; CARTA SEMANAL DO ALGODÃO
Elaboração: GIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de Dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - CAIXA POSTAL: 9.052 = ZC-02
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 - RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: MAURÍCIO NABUCO
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Acessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

- Centro de Contas Nacionais - Ralph Miguel Zerkowski
- Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
- Centro de Estudos Industriais - Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatistica e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

- Centro de Estudos Agrícolas - Silvio Wanick Ribeiro
- Centro de Estatística Econômica - Roberto Maia de C. Abib
- Centro de Processamento de Dados - Engênio Decourt